

**FUNDAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

**Fundação Fundo Patrimonial Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
da Universidade de São Paulo**

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração de superávit	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto	9
Demonstração do valor adicionado	10
Sumário de notas explicativas	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12 – 27

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho Curador e Diretoria Executiva da

Fundação Fundo Patrimonial Faculdade De Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Fundo Patrimonial Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão escritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à entidades sem fins lucrativos (Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se a demonstração contábil representa correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de janeiro de 2018.

TRIÁDE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP 015090/O-5



Sergio de Andrade Behrend
Sócio-Diretor
CRC 1SP197708/O-8

**FUNDAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)**

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	Nota explicativa	2016		Nota explicativa	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	272.857	Fornecedores		242
Contas a receber	6	79.746	Tributos a recolher		597
		<u>352.603</u>	Serviços prestados a pagar	7	<u>9.110</u>
					9.949
			Patrimônio líquido		
			Fundo Patrimonial	8	216.441
			Superávit acumulado		<u>126.213</u>
					342.654
Total do ativo		<u><u>352.603</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>352.603</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**FUNDAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL FACULDADE DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**Demonstração do superávit
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)**

	Nota explicativa	2016
Receita operacional líquida	9	109.122
Custo dos serviços prestados		-
		<u>109.122</u>
Receitas/(Despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	10	(16.667)
Outras receitas/(despesas) operacionais	11	31.305
		<u>14.639</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>123.760</u>
Receitas financeiras		2.654
Despesas financeiras		(201)
Resultado financeiro líquido	12	<u>2.453</u>
Superávit do exercício		<u><u>126.213</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (Em Reais)

	Fundo Patrimonial	Superávits acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	-	-	-
Dotação inicial	216.441		216.441
Superávit do exercício		126.213	126.213
Saldos em 31 de dezembro de 2016	216.441	126.213	342.654

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**FUNDAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL FACULDADE DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
Demonstração do fluxo de caixa
Em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

	<u>2016</u>
Superávit do exercício	126.213
Itens que não afetam o caixa operacional	
Superávit do exercício ajustado	<u>126.213</u>
Aumento/(Diminuição) das contas de ativo e passivo	
Contas a receber	(79.746)
Fornecedores	242
Tributos a recolher	597
Serviços prestados a pagar	9.110
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	<u>56.417</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Dotação Inicial	216.441
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamentos	<u>216.441</u>
Aumento/(Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>272.857</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>272.857</u>
Aumento/(Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>272.857</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**FUNDAÇÃO FUNDO PATRIMONIAL FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**
Demonstração do valor adicionado
Em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

	<u>2016</u>
Receitas	
Receitas de doações	109.122
Receitas/despesas diversas	31.305
	<u>140.427</u>
Insumos adquiridos de terceiros	
Despesas dos serviços prestados	(11.352)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.315)
	<u>(16.667)</u>
Valor adicionado bruto	<u>123.760</u>
Depreciação e amortização	-
Valor adicionado líquido gerado pela Fundação	<u>123.760</u>
Valor adicionado recebido em transferência	
Receitas financeiras	2.654
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>126.414</u></u>
Remuneração de capitais de terceiros	
Juros	201
Remuneração de capitais próprios	
Superávit do exercício	126.213
Distribuição do valor adicionado	<u><u>126.414</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Fundação Fundo Patrimonial Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
da Universidade de São Paulo**

SUMÁRIO DE NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 Contexto operacional
- 2 Base de preparação
- 3 Principais políticas contábeis
- 4 Gerenciamento de risco financeiro
- 5 Caixa e equivalentes de caixa
- 6 Contas a receber
- 7 Serviços prestados a pagar
- 8 Patrimônio líquido
- 9 Receita operacional líquida
- 10 Despesas gerais e administrativas
- 11 Outras receitas/ (despesas) operacionais
- 12 Resultado financeiro líquido
- 13 Instrumentos Financeiros
- 14 Aspectos fiscais
- 15 Trabalho voluntariado

Fundação Fundo Patrimonial Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 (Em Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Fundo Patrimonial Faculdade De Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo é uma Fundação sem fins lucrativos, criada em 15 de junho de 2016 por professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e funciona na qualidade de órgão de apoio institucional a FEA/USP e tem por objetivos fundamentais:

- a. Proporcionar à FEA/USP, dentro de suas possibilidades, meios necessários à adequada mobilização de recursos humanos, financeiros e materiais para o atendimento das finalidades de ensino, pesquisa e extensão;
- b. Valorizar a universidade pública, seu corpo docente, discente, organizações estudantis e funcionários da FEA/USP;
- c. Promover a educação de qualidade;
- d. Trabalhar para a conservação, melhoria e expansão da infraestrutura da FEA/USP;
- e. Promover a assistência social;
- f. Promover a cultura, a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico;
- g. Promover o esporte;
- h. Incentivar estudos e pesquisas, a formação de líderes e empreendedores, o desenvolvimento de tecnologias, a produção e divulgação de informações e conhecimentos acadêmicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo;
- i. Promover outras atividades que visem à realização de seus objetivos;
- j. Prestar serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela;

- k. Celebrar convênios e contratos com Instituições Públicas ou Privadas, pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras com a finalidade de realização de pesquisas, estudos ou projetos que, por si ou pela remuneração que proporcionarem, atendam às necessidades da FEA/USP;
- l. Firmar convênios com entidades beneficentes e de assistência social.

A Fundação desempenha e fomenta as seguintes atividades que contribuem estrategicamente para o alcance dos objetivos elencados acima:

- I. Criar, gerenciar, promover e zelar pelo fundo patrimonial perpétuo, com funcionamento baseado nos fundos patrimoniais universitários estrangeiros, que será investido para gerar retiradas regulares e previsíveis em proveito da FEA/USP;
- II. Incentivar e promover a captação de recursos junto à comunidade acadêmica, à iniciativa privada, ao poder público, às pessoas físicas, às agências financiadoras oficiais e às entidades congêneres no Brasil e no exterior, para a constituição do Fundo Patrimonial e, conseqüentemente, seus rendimentos serão voltados em proveito da FEA/USP;
- III. Assegurar o uso comedido e a gestão financeira responsável dos recursos mobilizados, que deverão ser investidos com objetivos de longo prazo e utilizados de acordo com as regras contidas no Regimento Interno;
- IV. Celebrar termos de parceria e administrar convênios, contratos e outros acordos com o Poder Público, entidades privadas e organismos internacionais, bem como com toda e qualquer entidade relacionada aos alunos, professores, funcionários e outros grupos organizados relacionados à FEA/USP;

A Fundação FEA/USP não tem função reguladora.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à entidades sem fins de lucro, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1), de 2 de setembro de 2015, e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 7 de março de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valoração de certos ativos não correntes, os quais são mensurados pelo valor justo, dos quais podemos citar:

- Instrumentos financeiros

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação FEA/USP. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Nas demonstrações contábeis da Fundação FEA/USP não há o uso de estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado.

a. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, quando não reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo.

Outros instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

i. Ativos Financeiros não derivativos

A Fundação FEA/USP reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação FEA/USP não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Fundação nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado recebíveis e ativos financeiros disponíveis para a venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado, se a Fundação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Fundação FEA/USP. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Fundação FEA/USP tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Atualmente a Fundação FEA/USP não possui registrado nos ativos mantidos até o vencimento.

iii. Financiamentos e recebíveis

Financiamentos e recebíveis são passivos e ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os Financiamentos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os financiamentos e recebíveis abrangem operações com fornecedores.

iv. Passivos financeiros não derivativos

A Fundação FEA/USP reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas.

A Fundação FEA/USP classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Fundação FEA/USP tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, tributos e serviços prestados a pagar.

b. Receita operacional

i. Receita de doações

A Fundação recebeu no exercício de 2016, patrocínios e doações para investimento nos projetos em que aporta recursos. As receitas de doações são provenientes dos recursos recebidos de pessoas físicas.

ii. Receita e despesa financeira

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

c. Ativos circulante e não circulante

i. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

ii. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor efetivo a receber.

d. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

i. Tributos a recolher

A Fundação FEA/USP, com base no parecer de sua assessoria jurídica e por se considerar uma Fundação que atende aos requisitos constitucionais que lhe conferem a condição de imunidade. Sendo assim, tal rubrica contempla os impostos federais retidos na fonte dos prestadores de serviços.

ii. Serviços prestados a pagar

Referem-se a serviços prestados por terceiros.

e. Demonstrações de valor adicionado

A Fundação FEA/USP elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

f. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Fundação FEA/USP exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

g. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

4 Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Fundação FEA/USP apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado
- risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação FEA/USP a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Fundação FEA/USP.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação FEA/USP.

A Fundação FEA/USP, por intermédio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

O Conselho Fiscal supervisiona a maneira pela qual a administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Fundação FEA/USP e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Fundação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente, doador ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Fundação FEA/USP irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação FEA/USP na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

De forma geral, a Fundação FEA/USP garante que possui recursos disponíveis suficientes para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 90 dias, incluindo o cumprimento de obrigações contábeis; isso exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que ocorram alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros nos ganhos da Fundação FEA/USP ou em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Fundação FEA/USP e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Fundação.

O objetivo da Fundação FEA/USP é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação além de buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2016
Bancos	9.964
Banco Itaú-Unibanco S.A	9.964
Aplicações Financeiras	262.893
Banco Itaú-Unibanco S.A	262.893
	<u>272.857</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6 Contas a receber

	2016
FIPECAFI	79.746
	<u>79.746</u>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-
	<u>79.746</u>

Aging list de contas a receber**2016**

A vencer	79.746
Vencido de 0 a 30 dias	-
Vencido de 31 a 60 dias	-
Vencido de 61 a 90 dias	-
Vencido de 91 a 120 dias	-
Vencido de 121 a 150 dias	-
Vencidas há mais de 150 dias	-
	<u><u>79.746</u></u>

As contas a receber em 31 de dezembro de 2016 são provenientes de doações efetivadas em nome da Fundação FEA/USP, com auxílio da FIPECAFI.

7 Serviços prestados a pagar**2016**

Serviço de terceiros - sistema	9.110
	<u><u>9.110</u></u>

8 Patrimônio líquido**Fundo Patrimonial**

O Fundo Patrimonial da Fundação FEA/USP foi, inicialmente, constituído por aporte efetuado pelos Membros Instituidores, conforme Escritura de Instituição datada de 15 de junho de 2016. Nos demais exercícios, parte do superávit será destinado ao fundo patrimonial, conforme deliberação, em cada oportunidade, pelo Conselho Curador da Fundação FEA/USP.

9 Receita operacional líquida**2016**

Doações	109.122
	<u><u>109.122</u></u>

10 Despesas gerais e administrativas

	2016
Assinaturas	2.249
Cartório	3.066
Serviços de terceiros	11.352
	<hr/>
	16.667
	<hr/> <hr/>

11 Outras receitas/ (despesas) operacionais

	2016
Variação monetária do ativo	31.305
	<hr/>
	31.305
	<hr/> <hr/>

12 Resultado financeiro líquido

	2016
Despesas financeiras	
Outros	(201)
	<hr/>
	(201)
	<hr/> <hr/>
Receitas financeiras	
Rendimentos de aplicações financeiras	2.654
	<hr/> <hr/>
Resultado financeiro líquido	2.453
	<hr/> <hr/>

13 Instrumentos financeiros

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Administração estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de swap que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Fundação FEA/USP.

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

a.1 - Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os instrumentos financeiros “não derivativos” (incluindo aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação FEA/USP se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	<u>Valor Justo</u> 2016	<u>Valor contábil</u> 2016
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	272.857	272.857
Contas a receber	79.746	79.746
Passivos		
Fornecedores	242	242
Serviços prestados a pagar	9.110	9.110

	<u>2016</u>		
	<u>Financiamentos e</u> <u>recebíveis</u>	<u>Valor justo</u> <u>através do</u> <u>resultado</u>	<u>Outros ao</u> <u>custo</u> <u>amortizado</u>
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	272.857	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	79.746
	<u>272.857</u>	<u>-</u>	<u>79.746</u>
Passivo			
Fornecedores	-	-	242
Serviços prestados a pagar	-	-	9.110
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.352</u>

O CPC 40 - Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou

passivos;

- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo está classificado como Nível 3.

b. Risco de crédito

	2016
Caixa e equivalentes de caixa	272.857
Contas a receber de clientes	79.746
Total	<u>352.603</u>

Caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos – A política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação FEA/USP avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação FEA/USP, bem como com terceiros. A Fundação FEA/USP possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Fundação FEA/USP somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de baixo risco e aplicações em títulos de renda fixa.

Contas a receber – Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas.

c. Risco de liquidez

31/12/2016						
Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	6 meses ou menos	6-12meses	1-2anos	2-5anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	242	242				
Tributos a recolher	597	597				
Serviços prestados a pagar	9.110	9.110	-	-		
Total	9.949	9.949	-	-	-	-

d. Risco de mercado

O principal risco de mercado que pode afetar a Fundação é a variação nas taxas de juros.

Na data das demonstrações contábeis, a Fundação FEA/USP/USP não possuía o perfil de instrumentos financeiros remunerados por juros.

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

A Fundação FEA/USP mantém parcela substancial das suas disponibilidades e determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2016, a Fundação apresentava ativo financeiro total de R\$ 352.603.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil, com data base em 31 de dezembro de 2016 indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 5,13% cenário provável para o ano de 2017, ante a taxa efetiva de 14% verificada no ano de 2016.

	Cenário provável	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2016	14%	14%	14%
Dívida	(352.603)	(352.603)	(352.603)
Taxa anual estimada do CDI	5,13%	6,41%	7,7%
Efeito no instrumento financeiro:			
(Aumento) Diminuição	<u>31.270</u>	<u>26.748</u>	<u>22.225</u>

e. Risco operacional

A administração da Fundação FEA/USP mantém seu planejamento operacional, no qual tem o objetivo de incrementar os índices de liquidez atual.

14 Aspectos Fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se Fundação FEA/USP sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Fundação FEA/USP, desde que atendidas as demais condições legais.

A Fundação FEA/USP é uma entidade sem fins lucrativos, conforme descrito na nota 1, desta forma, possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre eventuais superávits. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Fundação FEA/USP, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as Fundações sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Instituição.

15 Trabalho voluntariado

Por definição estatutária a Fundação FEA/USP não remunera, a qualquer título, Conselheiros Curadores, Conselheiros Fiscais e Diretores.

Os trabalhos voluntários estão regulados pela Lei 9.608/98 que não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, enquanto que os cargos de diretoria executiva, conselhos curador e fiscal são exercidos por mandatos.

Em 2016 os valores estimados destes trabalhos somaram, aproximadamente, dezoito mil reais, não tendo sido realizado seu registro contábil e nas demonstrações contábeis em razão de não impactar o resultado do exercício.

Composição do Conselho Curador

Adalberto Américo Fischmann
Diretor da FEAUSP

Hélio Nogueira da Cruz
Chefe do Departamento de Economia

Roberto Sbragia
Chefe do Departamento de Administração

Ariovaldo dos Santos
Chefe do Departamento de Contabilidade e
Atuária

Guilherme Augusto Ribeiro
Presidente do Centro Acadêmico Visconde de
Cairu

Arthur Scaffi
Representante de Pessoa Jurídica

Bruno Bose do Amaral
Representante de Pessoa Física

Michelle Padove se de Arruda
Representante *alumni* na Congregação

Composição do Conselho Fiscal

Membros efetivos:

Carlos Roberto Azzoni

Nicolau Reinhard

Reinaldo Guerreiro

Membros suplentes:

Edgard Bruno Cornacchione Jr

Carlos Alberto Pereira

Andre Franco Montoro Filho

Composição da Diretoria Executiva

José Carlos de Souza Santos
Diretor Presidente

Fábio Frezatti
Diretor Vice-Presidente

Eduardo Kazuo Kayo
Diretor Financeiro

Mário Armando Fernandes
Contador CRC 175236/SP